

MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.

1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.

653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

DOI: 10.29327/5385334

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO
ARTES DA MEMÓRIA**

PROAP
Programa de Apoio à
Pós-Graduação



MUSEU

JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)


cirkula
2023

2

A PINACOTECA DO MUSEU JULIO DE CASTILHOS: GALERIA DE VULTOS, FATOS E LUGARES (1925-1939)

Ana Celina Figueira da Silva

Introdução¹

O Museu Julio de Castilhos (MJC), sob a direção de Alcides Maya², sofreu algumas mudanças estruturais, entre as quais destacamos a criação, em 1925, do Departamento de História Nacional (DHN).

O DHN era composto pelo Arquivo Histórico do MJC (antiga 2^a seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul), pela Biblioteca do Museu e por oito coleções: (1) Cartografia; (2) Pinacoteca; (3) Panóplia; (4) Numismática; (5) Filatelia; (6) Etnografia; (7) Indumentária e (8) Estatuária.

1 Original publicado em História em Revista [recurso eletrônico]: (Dossiê: História, Arte e Patrimônio Cultural: interlocuções na construção do conhecimento histórico) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Ana Loner, v.27, n.1, 2021. – Pelotas: UFPel/NDH, 2021 – pp. 28-55. Aqui com alguns recortes e modificações.

2 Nascido em 15 de outubro de 1877 no município gaúcho de São Gabriel. Foi jornalista, escritor e político. Primeiro gaúcho a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Durante muitos anos esteve afastado do Rio Grande do Sul, residindo na então capital federal, Rio de Janeiro, onde, além de desenvolver atividades como intelectual (escrevendo em jornais e publicando livros), ocupou cargos administrativos na burocracia estatal e exerceu mandato de deputado federal pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) até 1924 quando retornou à capital gaúcha e foi nomeado diretor do APERS. Através do decreto nº 3.473 de 15 de maio de 1925, Alcides Maya foi transferido da direção do APERS para o MJC, o qual dirigiu até o ano de 1939, quando foi aposentado. Faleceu em 02 de outubro de 1944 no Rio de Janeiro. Sobre a biografia de Maya ver Almeida (1994).

Este Departamento foi chefiado pelo historiador Eduardo Duarte entre os anos de 1925 e 1939.

A formação do acervo do Departamento de História Nacional do MJC, além de doações de particulares, foi realizada através de buscas de documentos nos arquivos da capital, o Rio de Janeiro a época e, principalmente, dentro do Estado do Rio Grande do Sul, através de solicitações aos intendentess municipais para que encaminhassem ao MJC documentos históricos e objetos tridimensionais que, porventura, estivessem em sua guarda, especialmente os relativos à Guerra Farroupilha³, tendo em vista a comemoração de seu centenário em 1935. Nessa intenção, o acervo do DHN acabou composto por armas, uniformes, objetos de uso pessoal, móveis, entre outros materiais que pertenceram, fundamentalmente, a militares e/ou políticos ligados às lutas de conquistas luso-brasileiras do período colonial e aos conflitos ocorridos durante o Império, como a Guerra do Paraguai⁴, e,

3 Guerra civil ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 e 1845 liderada por estancieiros e charqueadores que se opunham ao centralismo monárquico e contra os impostos sobre o charque gaúcho, tornando-o mais caro que o charque uruguaio comercializado no Brasil. O conflito desembocou na Proclamação da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836. Entretanto, é necessário observar que os líderes farrapos não configuravam um grupo homogêneos em relação ao regime republicano e muitos se opuseram a essa sedição: “Os liberais moderados, até mesmo os republicanos como Manuel Luís Osório, abandonaram a revolução e passaram a apoiar o Império do Brasil, pois não pretendiam formar uma nova nação [...]” (FLORES, 1993, p. 85). O conflito encerrou com o acordo de Ponche Verde (01/03/1845) selando a paz entre o governo imperial e os farroupilhas que tiveram suas dívidas assumidas pelo governo central e a reintegração do Rio Grande do Sul ao império brasileiro.

4 Conflito militar ocorrido entre 1865 e 1870 em que a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) enfrentou o Paraguai que, sob a liderança do presidente Solano López, buscava formar o Grande Paraguai, que abrangeiria, além do Paraguai, as regiões argentinas de Corrientes e Entre Rios, o Uruguai, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso, obtendo uma saída para o mar.

mais marcadamente, a Guerra dos Farrapos, com destaque a Bento Gonçalves⁵, e ao líder republicano Julio de Castilhos⁶. Além da recolha dos objetos pessoais daqueles que deveriam ser lembrados, o MJC empreendeu grande esforço para a criação de uma Pinacoteca Histórica formada por uma galeria de retratos de “homens ilustres” e de quadros figurando os principais locais que serviram de cenário aos episódios do passado sul-rio-grandense.

Conforme nos aponta Manuel Luiz Guimarães (2007), o recurso visual na representação do passado foi bastante utilizado na constituição de uma narrativa histórica nacional no oitocentos. Segundo o autor, na produção da “biografia” das jovens nações, os arquivos foram os locais prioritários de pesquisa histórica, pois ali estariam guardados os documentos escritos e oficiais que contariam a história nacional. Porém, se os procedimentos historiográficos privilegiavam o documento escrito, os Museus Nacionais – surgidos na Europa no Século XVIII e expandidos durante o Século XIX –, cumpriram o papel pedagógico de reafirmar a identidade nacional através da exposição de imagens e objetos que “comprovariam” o passado descrito nos documentos dos arquivos. O autor, ao abordar os vínculos entre museus de His-

5 Bento Gonçalves da Silva nasceu em Triunfo/RS em 23 de setembro de 1788. Estancieiro-militar, foi um dos líderes da Guerra Farroupilha exercendo a presidência da República Rio-Grandense proclamada em 1836. Faleceu em 18/07/1847, em Pedras Brancas, atual município de Guaíba, RS.

6 Júlio Prates de Castilhos nasceu em 29 de junho de 1860 em Vila Rica, na época um distrito da cidade de Cruz Alta/RS. Formou-se em Direito e foi um dos fundadores, em 1882, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e do periódico oficial desse partido, o jornal *A Federação*, o qual dirigiu desde sua criação em 1884 até 1889. Considerado o “patriarca” do Rio Grande do Sul, ao encerrar seu mandato em 1898, indica Borges de Medeiros como seu sucessor ao governo do Estado, permanecendo com o controle político do PRR até sua morte em outubro de 1903. Ver Axt (2005).

tória e as formas de visualização do passado, demonstra que os primeiros, aliados ao conhecimento “livresco” e aos arquivos, constituíram-se como locais de *visibilidade do invisível*. Para demonstrar essa articulação entre imagem e escrita no projeto estatal oitocentista de criação de uma identidade nacional, Guimarães utiliza o exemplo da França pós-revolucionária com a criação dos arquivos e museus nacionais.

Considera-se que tal articulação apontada por Guimarães entre escrita e imagem pode ser também verificada no MJC a partir de 1925, quando a instituição passou a investir na busca e organização de documentação escrita referente ao passado sul-rio-grandense. Nesse sentido, os fatos narrados nos documentos escritos seriam vislumbrados nos objetos e imagens que o Museu também buscava para a formação de seu acervo. Ou seja, os objetos e imagens dariam visibilidade ao passado regional, com destaque ao decênio farroupilha, descrito nos documentos recolhidos junto ao Arquivo Histórico. A relação estabelecida entre a historiografia e a escolha dos objetos que ilustrariam o passado no MJC, naquele momento, é indicada por Nedel (2011, p. 67-68):

Nesse contexto, os parâmetros de leitura do passado impressos na historiografia orientavam a escolha cuidadosa dos acontecimentos e vultos a representar pelas coleções históricas. Veículos da pedagogia cívica, as exposições deveriam oferecer a ilustração sensorial do passado “desvendado” pela erudição documentária. A aura emanada da ubiquidade presente e passada dos objetos conectava-se aos eventos e valores representativos da identidade que se desejava fundar. Instituição comprometida com a perpetuação dos valores republicanos, o museu trata então de adquirir um conjunto de “peças farroupilhas” que junto com o espólio de Julio de Castilhos, formarão o núcleo principal das exposições de longa duração.

Assim, nesta integração entre produção historiográfica e constituição das coleções museológicas que dariam visibilidade aos eventos do passado, é possível perceber os critérios de definição de um objeto como histórico que acabariam por determinar sua incorporação ao acervo do MJC. Nesse sentido, a intenção nesse texto é analisar as formas de constituição do acervo iconográfico entre 1925 e 1939, destacando os critérios envolvidos nesse processo, a fim de identificarmos a função atribuída às obras da Pinacoteca Histórica do MJC que justificasse o investimento feito em sua formação.

O Departamento de História Nacional do MJC, como dito, era composto de oito coleções, sendo duas relacionadas a representações imagéticas: a Pinacoteca e a Estatuária.

A respeito da coleção Estatuária, poucos são os relatos sobre sua formação, resumidos basicamente à comunicação de recebimento de alguns bustos doados ao MJC. A única referência mais direta foi a manifestação do diretor do Museu, em 1936, favorável à transferência do servidor João Marcos Teixeira Bastos⁷, escultor lotado na Secretaria de Obras Públicas (SOP), à instituição. Tal transferência atenderia ao programa de desenvolvimento da seção de Estatuária e recebeu o apoio de intelectuais, como ressaltou o diretor, argumentando ao Secretário:

Anexa ao citado expediente, consta a petição da Fundação Eduardo Guimarães, subscrita por outros intelectuais rio-grandenses, a favor da transferência do escultor

7 João Marcos Teixeira Bastos (1894-1959) foi um escultor gaúcho. O Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos, volume I, apresenta o seguinte verbete: “BASTOS, Marcos – (RS, ?), escultor. Depois de cursar o Colégio Militar do Rio de Janeiro, foi discípulo de Teixeira Rocha. Mais tarde, nomeado diretor da Seção de Cultura do Pavilhão Cultural da Exposição Farrroupilha, Porto Alegre (1935). Fixou tipos populares gaúchos. Obras: Boleador, pequena estátua equestre, escolhida para o monumento comemorativo do bicentenário de Porto Alegre” (CAVALCANTI, 1973, p. 190).

Marcos Teixeira Bastos para servir adido a este Museu. Incumbe-me informar que, atento ao programa do Museu Julio de Castilhos, bem pode o funcionário Marcos Teixeira Bastos ser adido a este Museu.

A par dos trabalhos de pintura histórica em início na Repartição fora de todo conveniente que dispuséssemos de um escultor de mérito, encarregado de executar trabalhos de ressurreição de tipos populares e de história sul-rio-grandense e brasileira.

O Sr. Marcos Teixeira Bastos está, cumpre-me dizê-lo, perfeitamente, no caso atender a semelhante necessidade de serviço artístico.

(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1936, fl. 295)

Entretanto, apesar do reconhecimento do trabalho de Marcos Bastos, a cedência não se realizou. A listagem dos funcionários do MJC de 1936 e dos anos subsequentes não apresenta o nome do escultor, nem como efetivo, nem como adido. Após essa tentativa, não foi encontrado mais nenhum relato na documentação sobre o desenvolvimento dos trabalhos da seção de Estatuária, a não ser o recebimento de alguns bustos de figuras históricas que foram doados ao Museu. Os recursos foram canalizados essencialmente à conformação da Pinacoteca Histórica. Essa deveria ser formada por pinturas retratando os “vultos, fatos e lugares” relativos aos períodos “Colonial, o dos Farrapos e do Segundo Império até 1889” (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1930, fl. 123).

Pinacoteca Histórica do Museu Julio de Castilhos: a História em imagens

O sistema Donato⁸ do MJC apresenta a coleção Iconografia com 37 registros de incorporações realizadas entre 1925 e 1939. Porém, deve-se considerar que quando Emílio Kemp assume a direção do MJC em 1939, há o relato de um total de 90 obras na Pinacoteca Histórica do MJC (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1939, fl. 329). Essas obras provavelmente foram registradas no Sistema Donato, mas, talvez, sem a data de ingresso ou de aquisição, por isso elas não figuram na busca com o intervalo 1925-1939. Agrupando as 37 imagens registradas no sistema Donato a partir das categorias “vultos” e “lugares”, e acrescentando a retratação de “cenas”, obtemos a seguinte distribuição:

Tabela 1 – Coleção Iconográfica MJC - categorias vultos, lugares e cenas (1925-1939).

| Referência | | | | | |
|----------------------------------|---------------|-------------------------------------|--------------|---------------|-------|
| | <i>Vultos</i> | <i>Lugares / acontecimentos</i> | <i>Cenas</i> | <i>Outras</i> | Total |
| Nº de imagens registradas | 20 | 12 | 1 | 4 | 37 |
| Percentual | 54,06% | 32,43% | 2,70% | 10,81% | 100% |

Fonte: Silva (2018, p. 249).

8 Sistema de registro e catalogação intranet utilizado pelo MJC na versão 3.0. O SIMBA/DONATO é um programa gerenciador do banco de dados para registro, organização, controle e rápido acesso às informações relativas a acervos de arte. Foi criado pelo Museu Nacional de Belas Artes em 1992 e distribuído a diversas instituições museológicas brasileiras pela *Fundação Vitae*, incluindo o MJC, que, embora não possuindo apenas acervo artístico, para o qual o Programa originalmente se destina, utilizou o sistema no registro de seu acervo. A consulta no Donato foi realizada em 2017.

Lugares são aqui entendidos como cenários, onde há a representação de uma paisagem, mas sem a indicação de uma ação, o que caracteriza uma cena. A única obra que retrata uma cena é a do espanhol Guilherme Litran y Cassinello, produzida em 1893 sob o título *Carga de Cavalaria*. Trata-se da 1ª Brigada de Cavalaria dos Farrapos, comandada pelo Coronel Antônio de Souza Netto, que, em 10 de setembro de 1836, venceu a Batalha de Seival, em Bagé, contra os imperiais, culminando na proclamação da República Rio-Grandense no dia seguinte⁹. A documentação relativa à compra dessa obra, em 1930, indica tratar-se de “antiga tela do pintor espanhol Litran, representando um esquadrão de lanceiros farrapos” (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1930, fl.146).

Figura 1 – Imagem da tela *Carga de Cavalaria* (Litran, 1893. Madeira, tinta, ouro. 64 x 77cm).



Fonte: Fernandes et Al (2011, s/nº).

⁹ Dados constantes na ficha catalográfica do MJC. Sobre essa obra ver Fernandes et Al (2011).

Classificamos como *Outras* as obras em relação às quais não foi possível identificar, através do título e demais informações disponíveis, a referência a um determinado *lugar* ou *vulto histórico*¹⁰, ou que não se enquadram como representação nem de uma personalidade histórica nem de um local. Ademais, constatamos que a maior parte dos registros (pouco mais da metade) é relativa a *vultos* ilustres, sendo Júlio de Castilhos o personagem com a maior quantidade de imagens incorporadas ao acervo da Pinacoteca. A Tabela 2 identifica os nomes dos personagens e a quantidade de obras respectivas.

Tabela 2 – Vultos históricos retratados no acervo Iconográfico-MJC (1925-1939).

| | Nome do Personagem (vulto) | Nº de Imagens (%) | Forma de Aquisição | Período/ evento (fato relacionado) |
|---|-------------------------------|-------------------|--------------------|------------------------------------|
| 1 | Julio de Castilhos | 4 | 2 doação | Primeira República |
| | | (20%) | 2 compra | |
| 2 | D. Pedro I | 2 | 1 doação | Império |
| | | (10%) | 1 compra | |
| 3 | Manuel de Araújo Porto Alegre | 2 | compra | Império |
| | (Barão de Santo Ângelo) | (10%) | | |
| 4 | Salvador Pinheiro Machado | 2 | doação | Revolução Federalista de 1893 |
| | | (10%) | | |
| 5 | Gal. Antônio de Souza Neto | 1 | compra | Guerra Farroupilha |
| | | (5%) | | |

¹⁰ As quatro obras classificadas como *Outras* foram: duas de autoria de Tito Lívio Zambecari, sem título; *Gaúcho Rio-Grandense*, de Vicente Cervásio, e *A Virgem da Cadeira*, sem autoria.

| | | | | |
|---------------------------------|--|-------------------------------|---|---|
| 6 | Antônio Augusto Borges de Medeiros | 1 | doação | Primeira República |
| | | (5%) | | |
| 7 | Família Imperial do Brasil | 1 (5%) | doação | Império |
| 8 | Francisco de Paula Rodrigues Alves | 1 | doação | Primeira República |
| | | (5%) | | |
| 9 | Francisco Solano Lopes | 1 | doação | Guerra do Paraguai |
| | | (5%) | | |
| 10 | José Gomes de Vasconcellos Jardim | 1 | doação | Guerra Farroupi- lha |
| | | (5%) | | |
| 11 | José Serafim de Castilhos (Juca Tigre) | 1 | doação | Revolução Federalista de 1893 |
| | | (5%) | | |
| 12 | Manuel Luís Osório (Marquês do Herval) | 1 | doação | Guerra da Cisplatina, Farroupi- lha e Paraguai |
| | | (5%) | | |
| 13 | D. Pedro II | 1 | doação | Império |
| | | (5%) | | |
| 14 | Tito Lívio Zambecari | 1 | doação | Guerra Farroupi- lha |
| | | (5%) | | |
| Total de Personagens: 14 | | Imagens: 20 (100%) | Doação: 14 obras (70%) Compra: 6 obras (30%) | |

Fonte: Silva (2018, p. 251).

Os *lugares* retratados nas imagens incorporadas ao MJC no período em questão e atualmente registradas no sistema Donato são apresentados no Quadro 1 com o respectivo *fato* ou *período* relacionado:

Quadro 1 – Lugares históricos retratados no acervo Ico-nográfico-MJC (1925 – 1939).

| | Título da Obra | Local | Forma de Aquisição | Período/evento (fato relacionado) |
|---|---|--------------------|--------------------|--|
| 1 | Edifício do Instituto Brasileiro | | doação | |
| 2 | Casa onde nasceu Bento Gonçalves da Silva | Triunfo | compra | Guerra Farrou-pilha |
| 3 | Ruínas do Palácio do governo em Viamão | Viamão | compra | 1º palácio do governo da Capitania de S. Pedro (1766-1773). Período Colonial |
| 4 | A Casa Branca | Porto Alegre | compra | Quartel general e hospital durante a Guerra dos Farrapos |
| 5 | Palácio Provincial de Porto Alegre | Porto Alegre | doação | Período Imperial |
| 6 | Ponte da Azenha | Porto Alegre | compra | Local do 1º combate farrou-pilha |
| 7 | Fazenda da Reserva (óleo sobre tela) | Julio de Castilhos | compra | Antigo município de São Martinho, atual Júlio de Castilhos. Fazenda onde nasceu Júlio de Castilhos |
| 8 | Fazenda da Reserva (fotografia) | Julio de Castilhos | doação | Antigo município de São Martinho, atual Júlio de Castilhos. Fazenda onde nasceu Júlio de Castilhos |

| | | | | |
|---|-------------------------|--------------------|--------|--|
| 9 | Capão da Convenção | Julio de Castilhos | compra | Local da reunião dos republicanos em março de 1889. Chamado de “Capão da Reserva” por estar localizado na Estância da Reserva de Júlio de Castilhos. |
| 10 | Igreja Matriz de Viamão | Viamão | compra | Período Colonial |
| Imagens compradas: 7 Imagens doadas: 3 Total de imagens: 10 | | | | |

Fonte: Silva (2018, p. 252).

Observamos que a forma de aquisição das obras indicativas de *lugares* relevantes, ao contrário daquelas que retratam os *vultos*, é preponderante a compra (70%). Como veremos a seguir, grande parte das compras eram feitas através de encomendas a artistas regionais e nacionais, o que implicava uma determinação do solicitante, no caso o MJC, do que deveria ser retratado. Relativo às imagens de *vultos*, a maior parte do acervo, assim como os objetos pessoais, era resultado de doação de familiares descendentes dessas figuras históricas.

Os acontecimentos e períodos históricos (*fatos*) são indicados tanto nas imagens dos *vultos*, como nas dos *lugares* ou *cenar*. A Tabela 3 agrupa os registros do sistema Donato a partir dos fatos e/ou períodos identificados, demonstrando quais foram os mais relevantes em termos quantitativos:

Tabela 3 – Fatos/períodos históricos retratados no acervo Iconográfico MJC (1925- 1939).

| | Fato – Período | Nº obras | Nº de Referências | Aquisição |
|---|---|--------------|-------------------|------------------------|
| 1 | Guerra Farroupilha | 9 | 10 | Doação – 4 |
| | | (27,27%) | (29,41%) | Compra – 5 |
| 2 | Júlio de Castilhos/ movimento republicano | 7 | 7 | Doação- 3 |
| | | (21,21%) | (20,59%) | Compra- 4 |
| 3 | Império | 7 | 7 | Doação- 3 |
| | | (21,21%) | (20,59%) | Compra- 4 |
| 4 | Revolução Federalista 1893 | 3 | 3 | Doação- 3 |
| | | (9,09%) | (8,82%) | Compra- 0 |
| 5 | Primeira República | 2 | 2 | Doação- 2 |
| | | (6,06%) | (5,88%) | Compra- 0 |
| 6 | Colônia | 2 | 2 | Doação- 0 |
| | | (6,06%) | (5,88%) | Compra- 2 |
| 7 | Guerra do Paraguai | 1 | 2 | Doação- 1 |
| | | (3,03%) | (5,88%) | Compra- 0 |
| 8 | Guerra da Cisplatina | 1 | 1 | Doação – 1 |
| | | (3,03%) | (2,94%) | Compra- 0 |
| | Não Identificado | 1 | | Doação- 1 |
| | | (3,03%) | | Compra- 0 |
| | | | | Doação: 18 |
| | Total de fatos/períodos: 8 | 33 (100%) | 34 (100%) | (54,54%) Compra: 15 |
| | | | | (45,46%) |

Fonte: Silva (2018, p. 253).

O número de referências é maior do que o de obras, tendo em vista que uma imagem pode representar mais de um evento, como é o caso da tela do General Osório, que atuou nas guerras da Cisplatina, Farroupilha e do Paraguai.

A Guerra Farroupilha não integrou os fatos do período imperial, porque o planejamento do espaço expositivo do MJC previa uma sala especial – Salão Bento Gonçalves –, separada da sala reservada ao período do Império. O mesmo ocorre em relação a Julio de Castilhos, destacado do período da Primeira República por receber também sala especial. As guerras da Cisplatina, do Paraguai e de 1893 também ganham destaque na documentação administrativa do MJC, por isso, foram separadas dos períodos colonial, imperial e republicano na Tabela 3.

Percebemos que um pouco mais da metade das 33 obras listadas (54,54%) foi adquiridas por doação, mas chama a atenção que, entre os acontecimentos (*feitos*/períodos) mais referenciados pelas imagens – Guerra Farroupilha, Julio de Castilhos e Império –, a maior parte tenha sido comprada. Isso nos leva a pensar que tais eventos, lugares e personagens não aparecem em maior número por casualidade, mas por uma intenção do MJC. A compra significa um investimento da instituição que aplica dinheiro público para ter sob sua guarda determinada obra. Assim, podemos considerar que, apesar dos registros no sistema Donato no intervalo de 1925-1939 serem em número reduzidos, eles evidenciam os *vultos, fatos e lugares* que o MJC buscou destacar na constituição de sua Pinacoteca Histórica para figurar nos salões das futuras exposições.

Formação do acervo da Pinacoteca Histórica do MJC (1925-1939)

O MJC compôs a sua Pinacoteca Histórica através do recebimento de doações, de compra e de encomenda de produção de imagens.

As doações, como já mencionadas, na maioria das vezes foram feitas por familiares ou pessoas ligadas aos

vultos representados nas pinturas ou bustos, sendo raras as ofertas gratuitas feitas ao MJC pelos artistas produtores das obras.

No caso de doações, principalmente quando relacionadas aos líderes da Guerra Farroupilha, a exemplo do que fazia em relação aos objetos pessoais, Eduardo Duarte procurava levantar dados os mais precisos possíveis, como ocorreu em relação ao retrato a óleo de Bento Gonçalves doada ao MJC em 1928. Nesse caso, Duarte comparou-o com as duas outras imagens do mesmo personagem que o Museu já possuía, tentando identificar a época de sua produção, solicitando, para isso, informações ao doador, como segue:

Por intermédio de S. Ex.^a, o Sr. Dr. Presidente do Estado, este Instituto recebeu a importante oferta que lhe fizeste de um retrato a óleo do inolvidável general farroupilha Bento Gonçalves da Silva.

Esse retrato, que foi recebido com o máximo agrado, irá figurar em nossa galeria histórica. Mais preciosa, porém, se torna a oferta se a fizesse acompanhar de algumas informações de que reputamos interessante. Seria essa a tela que figurava no velho solar da estância de Cristal? Temos as nossas dúvidas, pois uma cópia que possuímos, como verdadeira, daquele retrato, não coincide com o retrato em apreço.

Possuímos ainda uma outra reprodução fotográfica do general, doação dos seus netos, apresentando, igualmente, no confronto com os demais diferenças sensíveis do detalhe.

São assim, como vedes, interessantes quaisquer informações que, a respeito, possamos obter, a fim de firmarmos uma apreciação quanto à época em que tais retratos foram tirados.

(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1925, fl.132)

Na comunicação que fez ao Secretário do Estado sobre a obra acima referenciada, Eduardo Duarte também manifestou a preocupação em identificar, como na

correspondência ao doador, se a tela era a que “figurou na sala do antigo solar da estância do Cristal, em Camaquã” (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1928, fl. 31). Parece-nos que a busca do estabelecimento preciso da época em que o retrato foi produzido era no sentido de confirmar se essa era a imagem outrora exposta na sala do solar de Bento Gonçalves, o que poderia valorizar ainda mais o quadro em questão, o qual, além de representar o general farroupilha, passaria a ser considerado igualmente uma relíquia, já que se constituiria também em um objeto que esteve na casa do herói. Nota-se que as questões de Eduardo Duarte são todas relativas ao contexto da produção da obra, ou seja, relacionadas a questões históricas. O valor estético não é mencionado.

Parece-nos que as imagens eram incorporadas à Pinacoteca devido ao seu valor histórico manifestado na retratação de homens e lugares considerados importantes, desconsiderando-se, pelo menos de forma prioritária, a questão artística. Isso fica bem evidenciado nas palavras do diretor ao não aceitar uma tela com a imagem de Gomes Jardim oferecida à venda ao MJC. A manifestação ao Secretário da Educação sobre a oferta deu-se nos termos seguintes:

Incumbe-me informar a Vossa Excelência que o quadro-retrato de José Gomes de Vasconcelos Jardim, oferecido à venda ao governo do Estado por dona Nenê M. Albrecht, **a parte quaisquer considerações estéticas sobre o possível valor intrínseco do trabalho, historicamente**, ele não interessa à Pinacoteca do Museu Julio de Castilhos, visto como possuímos o original do referido quadro, e ainda **nos faltam outros congêneres, revivendo heróis e vultos notáveis do Rio Grande do Sul.**

(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1933-1936, fl. 281.

Grifo Nosso)

Fica, portanto, manifesto que o valor das obras era atribuído a partir dos personagens que elas retratavam, os quais eram previamente determinados pelo Departamento de História e relacionados fundamentalmente à Guerra dos Farrapos. Nesse sentido, o quadro oferecido de Gomes Jardim, mesmo que esteticamente pudesse ser superior ao que o Museu já possuía, perdia totalmente seu valor, pois o papel de representar a figura histórica a ele relacionada já estava cumprido, tendo o MJC a posse do “original”, optando, por isso, em rejeitar a oferta e investir o correspondente valor na aquisição de imagens daqueles homens ainda sem retratação na Pinacoteca.

Mesmo considerando a compra de algumas obras oferecidas ao MJC por particulares, o investimento maior foi feito em encomendas de imagens pelo Departamento de História. Importante lembrar que na dotação orçamentária do Estado destinada à instituição, constava, no período, uma rubrica específica voltada à aquisição de retratos históricos. Abaixo transcrevemos os valores indicados para o exercício de 1929:

Tabela 13 (do corrente exercício – 1929)

VERBA

| | |
|--|-------------|
| Publicação de Revista, catálogos, guias, circulares e etiqueta | 30:000\$000 |
| Aquisição de exemplares, artefatos, documentos, mapas, quadros, estátuas, coleção de selos e moedas | 30:000\$000 |
| Aquisição de Livros..... | 2:000\$000 |
| Galeria de retratos históricos do Rio Grande do Sul (período Colonial – 1º e 2º Império e República) | 15:000\$000 |
| Laboratórios (seção de zoologia, mineralogia e botânica) | 12:000\$000 |
| Seções científicas | 5:000\$000 |
| Despesas de Expediente | 35:000\$000 |

| | |
|---|-------------|
| Pagamento para os funcionários da Portaria | 10:000\$000 |
| Aquisições de documentos atinentes ao período farroupilha | 12:800\$000 |

(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1929, fl. 171)

Verifica-se que o valor destinado à Galeria de retratos históricos era superior ao destinado à manutenção dos laboratórios de zoologia, mineralogia e botânica, e apenas um pouco inferior quando o valor dos laboratórios é somando aos das seções científicas.

Portanto, era possível ao MJC adquirir por compra as imagens para a composição de sua Pinacoteca. Nesse sentido, destacamos a iniciativa de Eduardo Duarte, em 1929, de abertura de uma concorrência para a execução de retratos a óleo de figuras históricas, no tamanho de 60x70 centímetros, com molduras em madeira. Os nomes dos personagens que deveriam ser retratados não são indicados. Participaram da concorrência os mais destacados ateliês de fotografia da cidade de Porto Alegre à época: Ferrari, Calegari e Azevedo Dutra, além da senhora Iracema Aracy Gomes da Silva, que também apresentou proposta de valores ao MJC.

Jacinto Ferrari remeteu um retrato a óleo do general Osório e a Fotografia Azevedo Dutra apresentou retrato do General Antônio de Souza Neto. Virgílio Calegari também encaminhou um retrato ao MJC, mas, diferentemente dos outros dois concorrentes, não o executou naquele período. Ele preferiu remeter uma tela de Carlos Barbosa, feita 16 anos antes, para que fosse avaliada e, tendo o MJC interesse em adquiri-la, fizesse sugestão do preço a ser pago (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1929, fl. 233).

O vencedor da concorrência foi o estúdio Azevedo Dutra, que apresentou a proposta de menor valor, mas isso, infere-se, foi apenas uma feliz casualidade não nos parecendo ser o critério fundamental da escolha. A seleção foi

baseada no julgamento da qualidade das obras através de uma comissão de “pessoas conhecedoras da arte” convidadas por Eduardo Duarte, conforme o ofício ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior esclarecia:

Como em tempo tive a honra de expor à Vossa Excelência abri uma concorrência particular para a confecção de retratos a óleo das nossas principais figuras históricas, notadamente os capitães-generais deste então continente de São Pedro do Sul. A essa concorrência apresentaram-se diversos artistas, como se vê dos inclusos papéis, os quais apresentaram, igualmente, alguns trabalhos que ainda se acham neste Museu.

Convidando algumas **pessoas conhecedoras da arte** para examinarem esses trabalhos, entre os quais os senhores desembargador Florêncio de Abreu, dr. Moyséis Vellinho, Mansueto Bernardi e De Souza Junior, os últimos três foram de opinião que se devia preferir o artista do atelier Azevedo e Dutra (proposta junta), que apresentou o retrato de Antônio de Souza Netto. A proposta dessa casa tem ainda a vantagem de ser a mais módica em preço. É o que exponho a Vossa Excelência, esperando deliberação a respeito, acrescentando que a verba para esse fim está ainda quase intacta.

(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1929, fl. 232. Grifo nosso)

Chama a nossa atenção que, dentre as “pessoas conhecedoras da arte”, duas, Florêncio de Abreu e Mansueto Bernardi, eram confrades de Eduardo Duarte no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Certamente os convidados de Duarte eram homens cultos, mas todos ligados às letras e à história¹¹. Isso reforça nosso

¹¹ Florêncio de Abreu e Silva, advogado, foi diretor do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, além de membro fundador e primeiro presidente do IHGRGS. Mansueto Bernardi ingressou no IHGRGS em 1925. Era escritor, poeta e exerceu cargos na administração estadual (Secretaria do Interior) e federal (Diretor da Casa da Moeda após a Revolução de 1930). Foi fundador e diretor da Revista do Globo. Moysés Vellinho

entendimento de que o valor preponderante era o histórico e não o artístico na seleção das imagens da Pinacoteca. A correspondência não apresenta os motivos do quadro do General Neto ter sido considerado o melhor, já que, como podemos interpretar pelo excerto acima, não foi o menor preço que determinou a seleção. A nossa hipótese é a de que a aquisição do retrato de um general farroupilha naquele contexto de preparação do centenário de 1835, era mais significativa do que a de imagens de personagens relacionados a outros eventos históricos. Embora o general Osório também tenha participado da Guerra dos Farrapos, ao lado das tropas imperiais, sendo reconhecido como uma figura importante, não possui a força da imagem de Neto, que foi quem proclamou a República Rio-Grandense.

A Secretaria autorizou a aquisição e assim procedeu-se a compra do quadro do general Neto que hoje está registrado no sistema Donato, conforme apontado na Tabela 2 no subitem anterior.

Eduardo Duarte também realizou encomendas a artistas de fora do Rio Grande do Sul, como declarado na correspondência de 1930, na qual, ao apresentar os trabalhos desenvolvidos no MJC, destacou as ações relativas à constituição da Pinacoteca Histórica, através da encomenda de três obras a professores da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, como segue transcrito:

A Pinacoteca histórica, abrangendo três períodos, o colonial, o dos Farrapos e do Segundo Império até 1889, há se opulentado com a encomenda de numerosos trabalhos reproduzindo vultos, fatos e lugares da nossa história. Para o Salão-1835 foram adquiridos 64 quadros artísticos, originais, firmados por autores consagrados na arte nacional. Esperam-se do Rio de Janeiro três vastas telas, encomendadas a professores da Escola de Be-

formou-se em Direito, foi escritor e jornalista. Ingressou no IHGRS em 1949 (Cf. MARTINS, 2015).

las Artes, uma sobre paisagem gaúcha histórica e dois retratos, um de Pinto Bandeira e outro, estilizado, de José de Abreu.

(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1930, fl. 123. Grifo do autor)

Eduardo Duarte mencionou que as encomendadas foram feitas a “professores”, mas, na verdade, tanto os retratos de Rafael Pinto Bandeira e de José de Abreu (Barão do Cerro Largo), quanto a paisagem intitulada “Figueira de Belém Velho” são de autoria de um só pintor, o professor da Escola de Belas Artes Lucílio de Albuquerque. Artista de destaque nacional e internacional, Lucílio pintou paisagens e retratos, lecionando durante vinte e sete anos na Escola Nacional de Belas Artes¹².

No Rio Grande do Sul, além das obras adquiridas pelo MJC, localizamos duas pinturas de Lucílio de Albuquerque: uma pertencente ao MARGS, intitulada *Paisagem*, que foi adquirida por transferência do Palácio Piratini¹³, e a outra, bastante conhecida, pois exposta no prédio do Instituto de Educação Gal. Flores da Cunha, denominada *Expedição à Laguna*, obra de extensas dimensões (6,20 x 3,95m) datada de 1916, representando o momento épico da travessia terrestre em 1838 dos lan-

12 Após a sua morte em 1939, sua esposa, Georgina de Albuquerque, criou na antiga residência do casal, no bairro Laranjeiras no Rio de Janeiro, o Museu Lucílio de Albuquerque, com 127 obras. Esse acervo hoje pertence ao Estado e está reunido na Pinacoteca Lucílio de Albuquerque que fica no Museu do Ingá – Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro – localizado na cidade de Niterói. Mas outras grandes instituições nacionais também possuem obras desse artista em seu acervo, como a Pinacoteca de São Paulo, o Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, o Museu de Artes de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e o Museu de Belas Artes de Salvador.

13 A obra não tem data de produção. Técnica: óleo sobre Eucatex. Dimensões (altura): 121.00 cm. Também não há indicação da transferência da obra ao MARGS. Ver: MARGS | Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Acesso em: 10 de junho 2021.

chões Seival e Farroupilha conduzidos sob o comando de Garibaldi até a sua saída para o mar em direção à cidade de Laguna em Santa Catarina¹⁴.

Portanto, as obras que o MJC adquiriu são de autoria de um artista de relevância no cenário nacional. Essas pinturas constam no sistema Donato, mas não entre os registros de 1925-1939, tendo em vista que nas respectivas fichas catalográficas dos dois retratos não consta a data de aquisição e a tela *Figueira de Belém Velho* foi registrada como uma doação feita ao Museu em 1978.

Entretanto, a documentação pesquisada (Correspondências Expedidas e Recebidas do MJC) nos evidencia que o retrato de Rafael Pinto Bandeira foi encomendado em 1928 e, provavelmente, entregue ao MJC no ano de 1930¹⁵, assim como o retrato de José de Abreu¹⁶. Esses dois personagens retratados, a pedido do MJC, foram militares que atuaram na consolidação territorial do Rio Grande do Sul ainda no período colonial, sendo que Rafael Pinto Bandeira, teve o processo movido pelo governo central contra ele, transcrito e publicado na Revista do MJC em 1930¹⁷.

14 Sobre a tela de Lucílio de Albuquerque, “Expedição à Laguna”, instalada no Instituto de Educação Gal. Flores da Cunha, em Porto Alegre, ver pesquisa de Marlene Ouriques do Nascimento (2015).

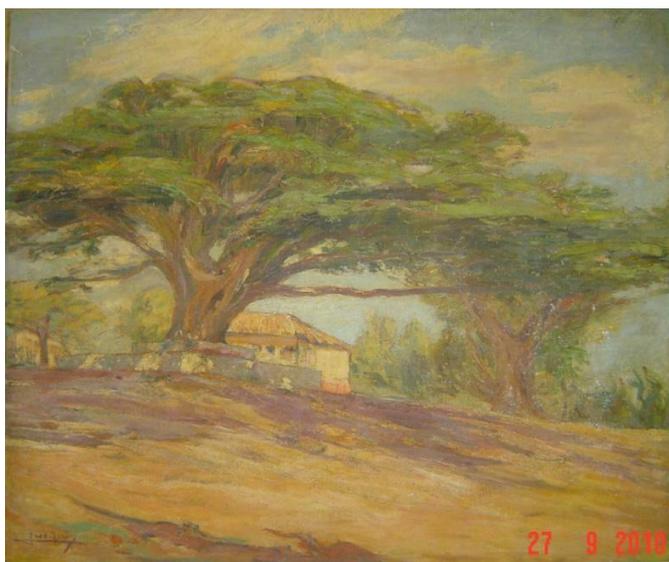
15 Conforme informa o ofício nº 271 de 19 de dezembro de 1930 emitido por Eduardo Duarte ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior informando a requisição de pagamento pela obra por parte de Lucílio de Albuquerque (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1930, fl. 214). Conforme consta na ficha catalográfica, a obra é tombada sob nº 721, nº de inventário 6, coleção Iconográfica. Trata-se de uma tela a óleo, madeira e gesso, nas dimensões 153 x 142 cm.

16 O quadro de José de Abreu – Barão de Cerro Largo está registrado sob nº 720, com nº de inventário 5. Coleção Iconografia. Tela a óleo, madeira, gesso. Dimensões: 153 x 142 cm.

17 A edição número 23, de junho de 1930, da Revista do Museu e Arquivo Público publicou o trabalho com o título *Ano de 1780 – Autos principais do Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira*.

Relativo à tela *Figueira de Belém Velho*, a qual Eduardo Duarte referiu-se como “paisagem gaúcha histórica”, o registro na ficha catalográfica esclarece que a imagem referencia a praça central do atual bairro Belém Velho, localizado na zona sul de Porto Alegre, onde Dionísio Rodrigues Mendes, lagunista e primeiro morador da região, teria se estabelecido¹⁸. Não foi possível, entretanto, verificar se o artista teve liberdade de escolher a paisagem pintada ou se a mesma foi uma determinação do MJC, a exemplo do que ocorreu com os militares retratados.

Figura 2- Imagem da tela *Figueira de Belém Velho* (Lucílio de Albuquerque, s/d).



Fonte: Acervo MJC. Reprodução fotográfica da ficha catalográfica.

¹⁸ A tela *A Figueira de Belém Velho* apresenta número de registro 723, inventariada sob número 4. Trata-se de óleo sobre tela nas dimensões 109 x 90 cm.

Figura 3- Imagem da tela de Rafael Pinto Bandeira (Lucílio de Albuquerque, s/d).



Fonte: Acervo MJC. Reprodução fotográfica da ficha catalográfica.

Figura 4- Imagem da tela de José de Abreu – Barão de Cerro Largo (Lucílio de Albuquerque, s/d).



Fonte: Acervo MJC. Reprodução fotográfica da ficha catalográfica.

Outro artista que a documentação administrativa menciona e que produziu oito telas, sob encomenda, ao MJC foi Alcides Athayde D'Ávila. Poucos foram os dados biográficos que encontramos relativo a esse artista gaúcho, que “depois de breve atuação no Estado natal, transferiu-se para o Rio de Janeiro” (CAVALCANTI, 1974, p. 19), onde atuou na primeira metade do Século XX, principalmente pintando paisagens. Além das obras adquiridas pelo Museu, localizamos na Pinacoteca Aldo Locatelli, pertencente à Prefeitura de Porto Alegre, um retrato a óleo de Sarmiento Leite¹⁹, de autoria de Alcides D'Ávila.

As encomendas ao artista foram feitas em 1929, mas não encontramos nenhuma orientação por parte do Departamento de História do MJC relativa às pinturas a serem feitas. Algumas das encomendas foram entregues à instituição em 1930.

Até 1930 o MJC havia adquirido 34 obras, sendo duas assinadas por Alcides Athayde D'Ávila: um retrato a óleo do *Barão de Santo Angelo* e uma tela representando as *Ruínas do Palácio do Governo em Viamão*, com ano de ingresso de 1929. As outras seis telas de autoria de D'Ávila, chegaram ao MJC entre 1931 e 1933.

O Quadro 2 apresenta as obras adquiridas pelo MJC até 1933, agrupadas por autoria.

19 Óleo sobre tela mais cartão. Dimensões: 57,2 x 48,0 cm. Sem data. Procedência: Museu de Porto Alegre em 12.08.1993. Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca (1868-1935), professor e médico porto-alegrense, foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre, atual Faculdade de Medicina da UFRGS.

Quadro 2 – Obras da Pinacoteca Histórica do MJC adquiridas até 1933.

| Qtd. | Nome do Autor | Título da Obra ou Referência | Técnica/material | Ingresso | |
|------|---|---|------------------|------------|-------------|
| | | | | Antes 1930 | Depois 1930 |
| 19 | Vicente Cervasio (Atelier Calegari) | Carretas | Bromuro a óleo | X | |
| | | Casa Branca *Indicação de três telas com mesmo título e autor. | Bromuro a óleo | XXX | |
| | | Capão da Convenção | Bromuro a óleo | X | |
| | | Fazenda da Reserva | Bromuro a óleo | X | |
| | | Protásio Alves | Bromuro a óleo | | X |
| | | Borges de Medeiros | Bromuro a óleo | | X |
| | | Carlos Barbosa | Tela a óleo | X | |
| | | Joca Távares | Bromura a óleo | | X |
| | | Casa onde nasceu- Bento Gonçalves *no sistema Donato consta como autoria de V. Calegari | Tela a óleo | X | |
| | | Casa onde nasceu Julio de Castilhos | Bromuro a óleo | | X |
| | | Ponte Passo do Vigário | Bromuro a óleo | X | |
| | | Um Rancho | Bromuro a óleo | X | |
| | | Rancho | Bromuro a óleo | X | |
| | | Carreteiros | Bromuro a óleo | | X |
| | | Barão de Santo Ângelo | Bromuro a óleo | X | |
| | | Cipestre de Pedras Altas *na lista de 1930 consta como Cipestre de Pedras Branças | Bromuro a óleo | X | |
| | | Júlio de Castilhos | Bromuro a óleo | X | |

| | | | | | |
|----|--|---|----------------|---|----|
| | | Igreja da Matriz | Bromuro a óleo | X | |
| | | Barbaquá *indústria primitiva do RS | Bromuro a óleo | X | |
| 14 | Virgílio Calegari (Atelier Calegari) | Instituto Brasileiro (Apollinário Porto Alegre) | Bromuro a óleo | X | |
| | | Antigo Palácio do Governo | Bromuro a óleo | X | |
| | | Casa do Conde de Porto Alegre | Bromuro a óleo | X | |
| | | Zambecari *indicação de duas obras | Crayon | | XX |
| | | D. Pedro I | Tela a óleo | X | |
| | | Negros | Crayon | X | |
| | | Ponte de Pedra | Fotografia | X | |
| | | Uma Quitandeira | Fotografia | | X |
| | | Juca Tigre | Fotografia | X | |
| | | Negro Mina | Fotografia | X | |
| | | Gaucho | Bromuro crayon | X | |
| 8 | Alcides Athayde D'Ávila | Antiga Doca | Bromuro a óleo | | X |
| | | Praça da Matriz | Bromuro a óleo | | X |
| | | Antiga Rua da Praia | Bromuro a óleo | | X |
| | | Antiga P. Harmonia | Bromuro a óleo | | X |
| | | Barão de Santo Ângelo | Bromuro a óleo | X | |
| | | Sede do 1º governo em Viamão | Bromuro a óleo | X | |
| | | Pinheiro Machado | Bromuro a óleo | | X |
| | | P. Mendanha | Tela a óleo | | X |
| 3 | Lucílio de Albuquerque | Rafael Pinto Bandeira | Tela a óleo | X | |
| | | Gal. José de Abreu | Tela a óleo | X | |
| | | Figueira Belém Velho | Tela a óleo | X | |

| | | | | | |
|---|-------------------------|--|-------------|---|---|
| 2 | Luis Curia | Ponte da Azenha | Tela a óleo | X | |
| | | Doca de Porto Alegre *Na lista de 1930 é indicado como <i>Docas (antigas)</i> | Tela a óleo | X | |
| 2 | A. Menezes | D. Pedro I | Tela a óleo | X | |
| | | D. Pedro II | Tela a óleo | | X |
| 2 | A. Silva | Solar Gomes Jardim | Tela a óleo | | X |
| | | Enchente Navegantes | Tela óleo | | X |
| 1 | L. Monteiro | Regresso Del Cene-nário | Tela a óleo | | X |
| 1 | A. Romecki | Riacho | Tela a óleo | | X |
| 1 | L.C. Choredor | Cascata São Leopoldo | Aquarela | | X |
| 1 | Azevedo Dutra (atelier) | Gal Antônio de Souza Neto | Tela a óleo | X | |
| 1 | Treppi | Barão do Triunfo | Tela a óleo | | X |
| 1 | L. Lunoa | Tiradentes | Tela a óleo | | X |
| 1 | Dagarini | Solar Diogo de Souza | Tela a óleo | | X |
| 4 | Sem indicação de autor | Bento Gonçalves | Tela a óleo | | X |
| | | Julio de Castilhos | Crayon | | X |
| | | David Canabarro | Tela a óleo | | X |
| | | Bento Manoel Ribeiro | Tela a óleo | | X |
| Total de Obras: 61 34 27 | | | | | |

Fonte: Silva (2018, p. 271).

O quadro acima demonstra que a maior parte das obras que o MJC adquiriu até 1933 ingressou antes de 1931 e que mais da metade desse total era assinada ou por Vicente Cervasio ou por Virgilio Calegari (33 imagens).

A partir de 1935 há uma redução considerável da verba destinada à compra de quadros para a galeria histórica da Instituição. No sentido de percebermos a dimi-

nuição do orçamento voltado a alguns itens do Departamento de História, apresentamos a previsão financeira para o ano de 1935:

Título 3º - Tabela nº 12 – Museu Julio de Castilhos Projeto de Orçamento para 1935

| | |
|--|-------------|
| Publicação de Revista, catálogos, guias, circulares e etiquetas | 30:000\$000 |
| Aquisição de exemplares, artefatos, documentos, mapas, quadros, estátuas, coleção de selos e moeda | 5:000\$000 |
| Galeria de retratos de figuras históricas | 5:000\$000 |
| Aquisição de Livros | 2:000\$000 |
| Aquisições de documentos atinentes ao período farroupilha | 20:000\$000 |
| Pagamento para os funcionários da Portaria | 2:000\$000 |
| Laboratórios (seção de zoologia, mineralogia e botânica | 3:000\$000 |

(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1934, s/n)

Comparativamente aos valores de 1929, o item *Publicação de Revista, catálogos, guias, circulares e etiquetas* manteve-se igual para 1935 (30:000\$000), assim como a verba destinada à compra de livros, que permaneceu em 2:000\$000. A única previsão orçamentária que teve seu valor majorado foi relativa a *Aquisições de documentos atinentes ao período farroupilha* que aumentou de 12:800\$000 em 1929 para 20:000\$000 em 1935. Os demais itens sofreram diminuição, sendo considerável a perda da verba estimada para a compra de quadros da galeria: de 15:000\$000 baixou para 5:000\$000. Para os anos de 1936 e 1937 mantiveram-se os mesmo valores previstos para 1935 e, no exercício orçamentário de 1939 desapareceu a rubrica destinada à compra de quadros, retornando em 1940.

Os valores apresentados nos permitem duas constatações. A primeira se refere à preponderância que os documentos textuais do Arquivo Histórico relativos ao período farroupilha ganharam com a proximidade da comemoração do centenário, sendo que a verba a eles destinada em 1935 foi a única aumentada, e de forma bastante considerável. A outra é que o projeto de constituição da Pinacoteca Histórica no MJC, embora arrefecido, manteve-se após 1935, quando passada a “obsessão comemorativa”²⁰, estendendo-se até o final da administração Maya e início da de Kemp.

A maior quantidade de obras (33) foi adquirida pelo MJC no período entre 1926 e 1930, seguido do período de 1931 a 1933 (27 obras). Após 1933 identificamos apenas um processo de compra de imagem para a Pinacoteca, a tela a óleo *Igreja Matriz de Viamão*, de autoria de Luiz Cúria, adquirida em 1935. Fora esse caso, as demais ofertas ocorridas, mesmo quando de interesse do MJC, tiveram de ser rejeitadas devido à falta de recursos. Assim, o ingresso de imagens no período de 1934 a 1939 deu-se quase que exclusivamente por doação, como foi o caso, por exemplo, do retrato do ex-presidente Rodrigues Alves. A aquisição por compra de imagens para a Pinacoteca só voltou a ocorrer em 1940, na gestão de Emílio Kemp e quando Eduardo Duarte já havia se aposentado. Neste ano, o MJC adquiriu 29 obras – desenhos, aquarelas, pinturas a óleo, incluindo alguns croquis e estudos – de autoria de Manuel de Araújo Porto Alegre²¹, oferecidas à venda ao MJC em 15 de setem-

20 Forma como Rodrigues se refere ao aumento do número de trabalhos sobre a Revolução Farroupilha publicados nas Revistas do IH-GRGS nos anos anteriores à comemoração do centenário em 1935 (RODRIGUES, 2017, p. 260).

21 “Manuel Araújo de Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo (Rio Pardo, RS, 1806 – Lisboa, Portugal, 1879). Pintor, escritor, diplomata bra-

bro de 1939 pelo seu filho, de mesmo nome, no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis).

Embora a aquisição das obras do Barão de Santo Ângelo tenha ocorrido em período posterior ao recorte temporal da pesquisa realizada, consideramos interessante a menção porque evidencia uma mudança no critério de avaliação e valorização das imagens em relação ao período anterior quando Eduardo Duarte estava à frente do Departamento de História do MJC e comandava os processos de aquisição para a Pinacoteca.

O diretor Emílio Kemp manifestou imediato interesse em adquirir as obras oferecidas à venda devido à autoria das mesmas, pois considerava Manuel de Araújo Porto Alegre “um dos maiores vultos das artes nacionais”, valorizando, portanto, as obras e os esboços oferecidos a partir da assinatura neles colocada, não mencionando o que as imagens poderiam retratar em termos históricos. Sua primeira manifestação em relação à proposta dizia:

Justo é, pois, que fiquem no Museu do seu estado natal trabalhos seus do mais alto valor, como sejam esboços, manchas, desenhos, projetos, o que há de mais sugestivo como documentação de um artista.

[...] Todos os museus do mundo possuem trabalhos idênticos dos grandes artistas, os quais são reputados como

sileiro. Membro do IHGB e da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 32. Foi diretor da Imperial Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro entre os anos 1854 – 1857. Como pintor, executou obra numerosa – painéis, retratos, paisagens e quadros históricos” (ROSA e PRESSER, 2000, p. 334). As obras oferecidas à venda pelo filho de Manuel Araújo de Porto Alegre estão listadas no ofício nº 214 de 15 de setembro de 1939, onde consta a observação feita pelo ofertante de que “Os desenhos a lápis, que trazem a data de 1835, foram feitos por Araújo Porto Alegre, durante a viagem que realizou, em companhia do seu grande amigo, o poeta e diplomata Gonçalves de Magalhães, pela Itália, nesse mesmo ano” (MUSEU JULIO DE CAS-TILHOS, 1940, fl. s/nº).

de valor inestimável dado o fato de constituírem estudos e projetos de obras definitivas.

A importância de 10 contos porque é oferecida à venda a coleção é deveras reduzida.

(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1940, fl. 256)

A fim de poder enviar parecer ao secretário da educação, Kemp encaminhou as obras ao Instituto de Belas Artes, com ofício endereçado a seu então diretor, Tasso Correa, em 11 de outubro de 1940, para “apreço deste douto Instituto no sentido de opinar sobre seu **valor artístico** e de aquisição” (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1940, fl. 256. Grifo nosso). Portanto, estava sendo levado em consideração, além da reputação do artista, o valor estético das obras, pois a avaliação foi solicitada à instituição que representava o conhecimento no campo das artes visuais, e não a historiadores do IHGRGS como fez Eduardo Duarte em 1929 e em outras vezes, ressaltando o valor histórico das imagens que eram adquiridas em função dos personagens e locais que retratavam. Certamente seria necessário levantar mais informações a respeito de outros processos de aquisição de imagens para afirmar que houve uma modificação no critério de aquisição das obras da Pinacoteca do MJC após 1939, mas esse caso já nos oferece um indício de tal mudança.

O Secretário da Educação autorizou a compra e as obras posteriormente foram expostas no MJC na *Sala Barão de Santo Ângelo*, a qual, conforme indicou Emílio Kemp em 1944, abrigava a coleção de numismática e os “preciosos desenhos, debuxos, croquis e projetos de autoria do grande pintor e poeta Manuel Araújo de Porto Alegre” (SOUZA, 2014, p. 72)²². Assim, o MJC retomou em

²² Tais obras de autoria de Araújo Porto Alegre foram transferidas do MJC ao Museu de Artes do Rio Grande do Sul em 28 de janeiro de 2021. Ao total foram 32 obras transferidas conforme noticiado no site da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Ver <https://>

1940 a aquisição por compra de imagens à Pinacoteca, praticamente suspensa desde 1933.

Algumas Considerações

O MJC, a partir de 1925, buscou o enriquecimento do acervo histórico, tanto em relação aos documentos textuais do Arquivo Histórico, quanto aos artefatos e imagens para compor as diversas novas seções criadas naquele momento, entre elas, uma Pinacoteca Histórica. Assim, a História, que antes era quase totalmente ausente, cresceu de forma bastante expressiva, com a criação do Departamento de História Nacional do MJC coordenado por Eduardo Duarte.

Nota-se um empenho para que as temáticas e personagens presentes nos documentos do Arquivo Histórico fossem representados nas imagens que o Museu adquiriu, por doação ou compra, para a constituição de sua Pinacoteca. Ou seja, a coleção Iconografia visava retratar personagens – quase em sua totalidade homens militares e/ou políticos – vinculados aos acontecimentos considerados relevantes do Rio Grande do Sul pelos historiadores do Departamento de História do MJC, entre eles, membros do IHGRGS, que funcionava no Museu. Destaca-se que no período da gestão de Alcides Maya, a Guerra Farrroupilha, em função de seu centenário em 1935, ganha destaque.

Além dos retratos dos homens ilustres, a Pinacoteca Histórica do MJC, era composta por pinturas registrando os locais em que eventos importantes do passado teriam ocorrido – o palco da ação dos grandes heróis. Assim, obras da Pinacoteca conferiam visibilidade ao passado

cultura.rs.gov.br/obras-de-manuel-de-araujo-porto-alegre-sao-transferidas-do-museu-julio-de-castilhos-para-o-museu-de-arte-do-rio-gr-6012fd4e13221. Acesso em: 20 out. 2021.

descrito nos documentos do Arquivo Histórico, servindo esse passado visualizado de exemplo ao presente. Nesse sentido, podemos pensar que a concepção de história correspondia ao modelo clássico da *historia magistra vitae*. Em tal perspectiva, a história é considerada uma sucessão de fatos protagonizados por homens exemplares, os heróis, onde “a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros” (HARTOG, 2006, p. 16). Dessa forma, o MJC - a exemplo dos museus de história do Século XIX e início do XX - exerceu a função de evocar e celebrar a memória de grandes homens-exemplos.

Observa-se que as obras, em grande parte, foram compradas, indicando o investimento feito pelo governo do estado, com a criação de uma rubrica orçamentária própria para conformação da Pinacoteca do MJC.

O critério artístico - embora certos artistas de renome assinassem algumas obras, como, por exemplo, Lucílio de Albuquerque, não foi o que prevaleceu na seleção e aquisição das imagens. Ou seja, na fase inicial, durante a criação e formação da Pinacoteca, tendo os processos de seleção coordenados por Eduardo Duarte, não eram considerados determinantes os elementos plásticos, mas o conteúdo das obras, ou elementos históricos. Nesse sentido, para além da qualidade artística e renome do autor da obra, era valorizado o conteúdo, ou seja, o que ou quem era retratado. Duarte procurava adquirir imagens que completassem, digamos, o “panteão” dos ilustres selecionados como representantes do passado sul-rio-grandense.

Apontou-se uma situação ocorrida na gestão de Emílio Kemp - que substituiu Alcides Maya na direção do Museu a partir de maio de 1939 -, quando Eduardo Duarte já estava aposentado, que nos indicou uma outra valoração, submetendo a avaliação das obras a um cri-

tério artístico, que foi o caso da aquisição das obras de Manuel Araújo de Porto Alegre. De toda forma, em relação ao período analisado, podemos considerar a criação da Pinacoteca Histórica do MJC, um fato relevante no processo de representação do passado sul-rio-grandense que a instituição passou a ocupar-se a partir de 1925, pois como nos indica Meneses (1992, p. 5) “um museu histórico, para exercer sua função celebrativa, precisa antes de mais nada de figuras, de imagens”.

Referências

ALMEIDA, M. M. **Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877-1944)**. Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

AXT, G. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos**. [Volume 2]. Brasília: MEC, 1973.

FERNANDES, A. P.; Et AL. Imagens da Revolução Farroupilha: uma análise das telas do Museu Julio de Castilhos. In: POSSAMAI, Z.; Et AL. **Imagens e Artefatos: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. CD-ROM.

FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

GUIMARÃES, M. L. S. Vendo o passado: representação e escrita da história. **O Museu**, v. 15, n. 2, p. 11-30, 2007.

HARTOG, Tempos do mundo, história, escrita da história In: GUIMARÃES, M. L. S. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. Pp. 15-25.

MARTINS, J. T. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

MENESES, U. B. Para que serve um museu histórico? In: MENESES, U. B.; Et AL. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992. Pp. 3-6.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas - 1928**. Porto Alegre, 1928 [Arquivo Permanente - AP. 1.006].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas - 1929**. Porto Alegre, 1929. [Arquivo Permanente - AP. 1.007].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas - 1930**. Porto Alegre, 1930. [Arquivo Permanente - AP. 1.008].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas - 1934**. Porto Alegre, 1934. [Arquivo Permanente. - AP. 1.012].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas - 1933-1936**. Porto Alegre, 193[6?]. [Arquivo Permanente - AP. 1.012].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas - 1939**. Porto Alegre, 1939. [Arquivo Permanente - AP. 1.014].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas - 1940**. Porto Alegre, 1940 [Arquivo Permanente - AP. 1.015].

NASCIMENTO, M. O. **Na pista das imagens: produção e circulação de pinturas históricas no Rio Grande do Sul de 1914 a 1935**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

NEDEL, L. B. Onde o gigante perdeu as botas: memórias em confronto no interior de um museu histórico. **História Oral**, v. 14, n. 1, pp. 63-95, 2011.

RODRIGUES, M. C. M. “Uma velha aspiração do Rio Grande” o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul nos anos 1920. In: FERREIRA, A. C.; MAHL, M. L. (Orgs.). **Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira**. Campinas: Pontes Editores, 2017. Pp.239-263.

ROSA, R.; PRESSER, D. **Dicionário de artes plásticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SILVA, A. C. F. **Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre, RS, 1925-1939)**. [Tese Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SOUZA, V. B. **Museu Julio de Castilhos: 111 anos de história em arquivos**. Porto Alegre: EDIJUC/ IHGRGS, 2014.